

Órgãos Associativos do INESC TEC

(composição a 31 /12/2016)

CONSELHO GERAL

Membros designados pela Universidade do Porto

Sebastião José Cabral Foyo de Azevedo

(Reitor da Universidade do Porto)

José Ângelo Mota Novais Barbosa

(Presidente do Conselho de Administração da UPTEC)

João Francisco da Silva Alves Ribeiro

(Pró-Reitor da Universidade do Porto)

António Fernando Sousa Silva

(Diretor da FCUP)

João Bernardo de Sena Esteves Falcão e Cunha

(Diretor da FEUP)

Ana Maria Rodrigues de Sousa Faria de Mendonça

(Vice-Diretora da FEUP)

António Joaquim Mendes Ferreira

(Vice-Presidente do Conselho Científico da FEUP)

José Manuel Janeira Varejão

(Diretor da FEP)

Membros designados pelo INESC

José Manuel Nunes Salvador Tribolet

(Presidente do Conselho de Diretores e da Comissão Executiva do INESC)

Pedro Henrique Henriques Guedes de Oliveira

(Vogal do Conselho de Diretores e da Comissão Executiva do INESC)

Abílio Ançã Henriques

(Vogal do Conselho de Diretores e da Comissão Executiva do INESC)

Arlindo Manuel Limede de Oliveira

(Vogal do Conselho de Diretores do INESC)

Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca

(Vogal do Conselho de Diretores do INESC)

Membros designados pelo IPP

Rosário Gambôa
(Presidente do IPP)

João Simões da Rocha
(Presidente do ISEP)

MESA DO CONSELHO GERAL

Presidente: Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo

Primeiro Secretário: Rosário Gambôa

Segundo Secretário: António Joaquim Mendes Ferreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Manuel de Araújo Baptista Mendonça

Administradores:

Mário Jorge Moreira Leitão

João Abel Peças Lopes

Vladimiro Henrique Barrosa Pinto de Miranda

Bernardo Sobrinho Simões de Almada Lobo

Gabriel de Sousa Torcato David

João Alberto Vieira de Campos Pereira Claro

Luís Filipe Maia Carneiro

Rui Carlos Mendes de Oliveira

Comissão Executiva

Presidente: José Manuel de Araújo Baptista Mendonça

Administradores Executivos: Mário Jorge Moreira Leitão e Luís Filipe Maia Carneiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: Abel dos Santos Alves (INESC)

Vogal: Maria Dulce Soares Lopes (FEUP)

ROC: Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por Hugo Ricardo Alves Araújo, como efetivo, e António Manuel Martins Amaral, ROC, como suplente

Mandato: Os membros da Mesa do Conselho Geral, da Administração e do Conselho Fiscal foram eleitos na reunião do Conselho Geral de 8 de junho de 2015 para o triénio de 2015/2017. A Comissão Executiva foi criada e designados os seus membros na primeira reunião do Conselho de Administração, em 8 de junho de 2015.

CONSELHO CIENTÍFICO

Presidente: Manuel António Cerqueira da Costa Matos (FEUP)

Outros membros designados pela Administração:

José Fernando Oliveira (FEUP)

José António Ruela Simões Fernandes (Aposentado FEUP)

Membros designados pelos Centros/Laboratórios:

Paulo Vicente da Silva Marques – CAP (FCUP)

João Paulo Tomé Saraiva – CPES (FEUP)

Manuel Alberto Pereira Ricardo – CTM (FEUP)

Jorge Manuel Pinho de Sousa – CESE (FEUP)

João José Pinto Ferreira – CITE (FEUP)

António Paulo Gomes Mendes Moreira – CRIIS (FEUP)

Aurélio Joaquim de Castro Campilho – CBER (FEUP)

João Manuel Pereira Barroso – CSIG (UTAD)

Pavel Brazdil – LIAAD (FEP)

Fernando Manuel Augusto da Silva – CRACS (FCUP)

Lia Raquel Neto Martins Lima Patrício – CEGI (FEUP)

José Manuel Esgalhado Valença – HASLAB (U. Minho)

Extensão ao INESC TEC Laboratório Associado:

Eduardo Manuel de Médicis Tovar – CISTER (ISEP)

Membros suplentes:

José Nuno Oliveira – HASLAB (U. Minho)

Manuel Joaquim Bastos Marques – CAP (FCUP)

Luís António Pereira de Meneses Corte-Real – CTM (FEUP)

António Manuel Lucas Soares - CESE (FEUP)

Eduardo Alexandre Pereira da Silva – CRAS (ISEP)

João Paulo Trigueiros Cunha – CBER (FEUP)

Ângelo Manuel Rego e Silva Martins – CSIG (ISEP)

Vítor Santos Costa – CRACS (FCUP)

Alípio Jorge – LIAAD (FEP)

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO CIENTÍFICO

Presidente: José Carlos Príncipe (Universidade da Florida, EUA)

Volker Stich (Aachen University of Technology, Alemanha)

José Luíz Fiadeiro (Royal Holloway University of London, Reino Unido)

John O'Reilly (University College of London, Reino Unido)

Leonardo Chiariglioni (Digital Media Project, Itália)

Tomaz Gómez (Universidad Pontificia Comillas, Espanha)

Famarz Farahi (University of North Carolina at Charlotte, EUA)

Peter Corke (Queensland University of Technology, Austrália)

Steven P. Nichols (University of Texas at Austin, EUA)

José A. B. Fortes (University of Florida)

Maarten van Someren (Universiteit van Amsterdam)

James C. Spohrer (IBM University Programs World-Wide, EUA)

Max Viergever (University Medical Center Utrecht, Holanda)

Extensão ao INESC TEC Laboratório Associado:

Daniel Mossé (University of Pittsburgh, EUA)

Mandato: os membros do Conselho Científico e da Comissão de Acompanhamento Científico foram designados na reunião do Conselho Geral de 2 de maio de 2014 para o quinquénio 2014/2018.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

A atividade do INESC TEC registou um ligeiro acréscimo (6%) face a 2015, apresentando um Resultado Líquido positivo no fim do ano de 2016. Nesta evolução, é de salientar o crescimento significativo da atividade de Programas Europeus para o valor mais elevado de sempre, com 37 projetos em curso, bem como o acréscimo de financiamento dos Programas Nacionais.

Relativamente aos Programas Nacionais importa também realçar o valioso contributo resultante da execução dos “Projetos Estruturados I&D&I” do NORTE2020. Recorda-se que o INESC TEC participa em três projetos, dois deles em parceria com instituições de Ensino Superior (Universidade do Porto, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro), o IT (Instituto das Telecomunicações) e o CIIMAR (Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental), com um financiamento correspondente a cerca de 2,4 milhões de Euros por ano e que representa um meio fundamental para cofinanciar as atividades do Laboratório Associado nas diferentes áreas estratégicas de atividade, apoiando a consolidação do INESC TEC como infraestrutura do sistema tecnológico nacional.

É ainda de salientar que um dos maiores constrangimentos sentidos resulta das acrescidas exigências de natureza burocrática por parte de várias entidades financiadoras nacionais, quer relativamente às regras e ferramentas de submissão de relatórios financeiros, quer aos mecanismos de controlo do cumprimento das regras da contratação pública, que provocaram inúmeras dificuldades à instituição, nomeadamente um aumento da carga administrativa necessária para a gestão dos projetos financiados e um aumento da incerteza no que respeita ao enquadramento e elegibilidade de despesas incorridas com as atividades desses mesmos projetos.

Finalmente, o referido aumento do volume de atividade em programas financiados, a par de uma rigorosa política de racionalização de gastos, garantiu um crescimento sustentável da atividade, sem comprometer o equilíbrio económico da instituição.

2. RECURSOS HUMANOS E LABORATORIAIS

2.1 Recursos Humanos

O Quadro 1 e as Fig. 1 e 2 apresentam a estrutura de Recursos Humanos a 31 de dezembro de 2016. Esta última figura mostra como se distribui a estrutura de Recursos Humanos integrados no ano de 2016 em comparação com 2015.

Quadro 1 – Estrutura de Recursos Humanos

Tipo de Ligação		2015	2016	Δ 2015-2016		
RH Integrados	I&D	Contratados	56	56	0	0%
		Docentes Ensino Superior	196	200	4	2%
		Bolseiros e Estagiários	307	400	93	30%
		Total I&D	559	656	97	17%
	Investigadores Afiliados	62	59	-3	-5%	
	Gestão, Administrativos e Técnicos	Contratados	53	59	6	11%
		Docentes Ensino Superior	8	8	0	0%
		Bolseiros e Estagiários	17	25	8	47%
		Total Gestão, Admin e Téc	78	92	14	18%
	Total RH Integrados		699	807	108	15%
Total PhD Integrados		329	347	18	5%	

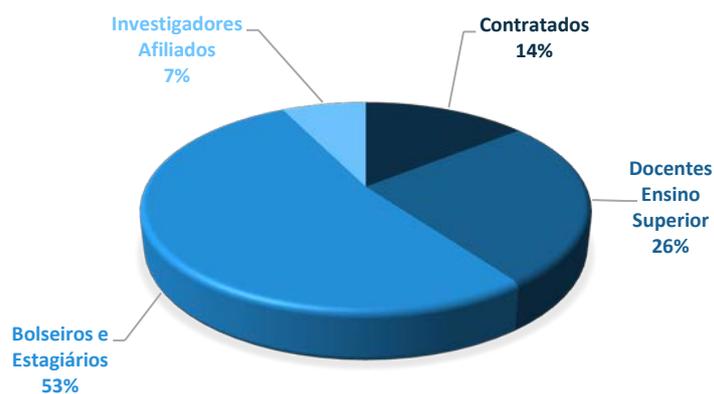


Fig.1 - Estrutura de Recursos Humanos

A variação sofrida pela estrutura de recursos humanos relativamente a 2015, que o Quadro 1 ilustra, demonstra que os números globais continuaram a crescer em praticamente todas as categorias, mas sobretudo ao nível dos bolsеiros e estagiários, que no final de 2016 eram mais 101 do que a 31 de dezembro de 2015. No final de 2016 os colaboradores com contrato de trabalho eram mais 6 relativamente ao ano anterior. Este crescimento decorre naturalmente da maior atividade de projetos financiados da instituição.

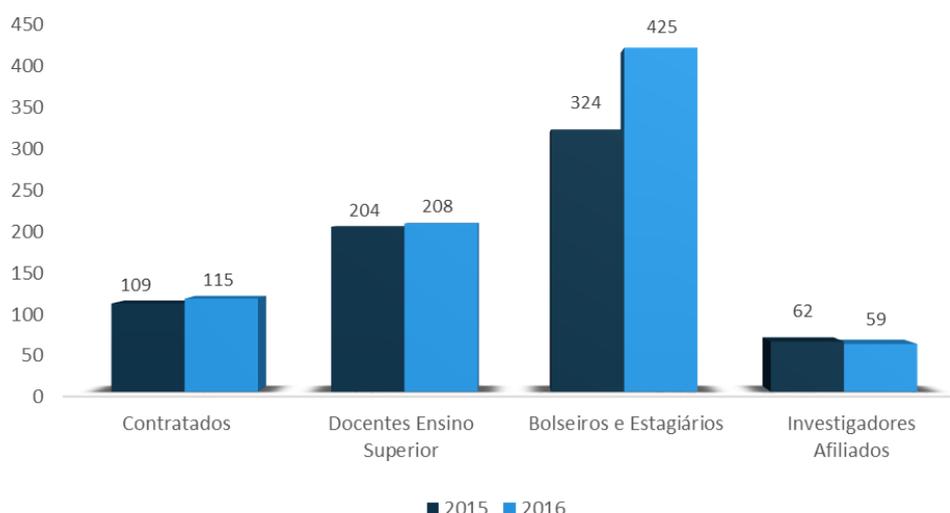


Fig. 2 - Evolução dos Recursos Humanos

No que respeita à vertente de valorização de recursos humanos, para além de ações de formação interna, foram levadas a cabo diversas ações específicas de formação cujo custo, ao longo de 2016, ascendeu a € 5.630.

2.2 Instalações

Durante o ano de 2016, a parte maioritária da atividade foi desenvolvida nos dois edifícios da Asprela, no Campus da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, sendo de relevar ainda, pelo seu volume, a atividade desenvolvida pelos Centros CAP e CRACS, que operam em instalações da Faculdade de Ciências da mesma universidade e pelo HASLAB que opera em instalações da Universidade do Minho. Pela elevada relevância, é de referir o Laboratório de Robótica localizado na FEUP (CRIIS), o Laboratório de Robótica localizado no ISEP (CRAS) e o Laboratório de Realidade Virtual na UTAD (CSIG). De referir ainda que diversos elementos de outros centros desenvolvem a sua atividade em locais como a Faculdade de Engenharia da UP, a Faculdade de Ciências da UP, a Faculdade de Economia da UP, o ISEP e a UTAD.

O aumento da atividade do INESC TEC levou ainda à necessidade de arrendar a partir de julho de 2016 um espaço próximo da Asprela para o CRIIS.

2.3 Investimento

De acordo com o Quadro 2, em 2016 o valor do ativo bruto aumentou € 362.686 face a 2015, em resultado da aquisição de equipamento de carácter científico e laboratorial (€ 646.190) deduzido do valor do abate de equipamento informático de 2004 e 2005 que se encontrava obsoleto (€ 283.503). A quase totalidade destes investimentos foi financiada pelas diversas entidades financiadoras através de diversos projetos e programas, com destaque para o Financiamento Plurianual e os projetos integrados, sendo a parte não-financiada suportada por receitas próprias.

Este montante contempla essencialmente o investimento realizado em Equipamento Básico, no montante de € 295.558, e em Equipamento Administrativo no valor de € 65.145.

Quadro 2 – Investimento Líquido de Abates

Rubrica de investimento	Valor de Aquisição Líquido de Abates (€)
Equipamento Básico	295.558
Equipamento de Transporte	915
Ferramentas e Utensílios	570
Equipamento Administrativo	65.145
Ativos Fixos Tangíveis diversos	499
TOTAL	362.686

Os gastos de depreciação do exercício totalizam € 742.543.

O valor do ativo fixo tangível total ascende, em 31 de dezembro de 2016, a € 2.851.861, conforme se apresenta no Quadro 3. A Fig. 3 ilustra a evolução do valor Ativo Fixo Tangível Bruto nos últimos três anos.

Quadro 3 – Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis	Valor Bruto (€)	Depreciações Acumuladas (€)	Valor Líquido (€)
Edifícios e Outras Construções	2.049.390	205.366	1.844.024
Equipamento Básico	6.741.794	5.767.985	973.809
Equipamento de Transporte	67.353	65.955	1.398
Equipamento Administrativo	407.542	377.923	29.619
Outros Ativos Fixos Tangíveis	73.467	70.456	3.011
TOTAL	9.339.546	6.487.685	2.851.861

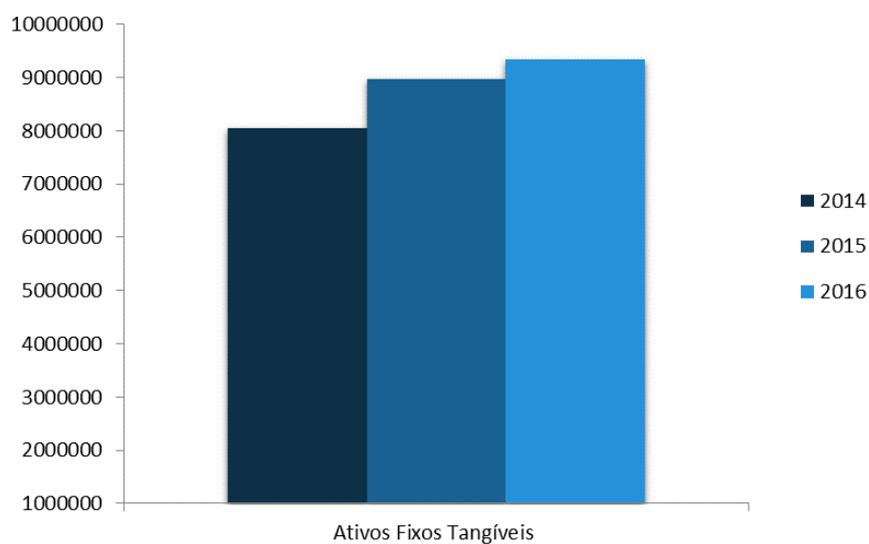


Fig. 3 - Evolução do Ativo Fixo Tangível (Euros)

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1 Enquadramento macroeconómico e impacto institucional¹

Em 2016 a economia portuguesa registou um crescimento do produto de 1,4 %, face a um valor de 1,6 % no ano anterior. Embora moderada, esta evolução do PIB apresentou um marcado perfil intra-anual, com uma forte aceleração no segundo semestre do ano, sinalizando que o processo de recuperação da economia tenderá a prosseguir. O crescimento do produto português em 2016 situou-se 0,3 pontos percentuais abaixo do observado na área do euro e o seu nível mantém-se ainda 4 % abaixo do registado em 2008, ano em que se iniciou a última crise económica e financeira internacional.

Uma das variáveis fundamentais para o crescimento da economia portuguesa é o investimento. Em 2016 esta variável registou uma queda em volume de 0,8 %, após um crescimento de 4,7 % em 2015, embora com um perfil de recuperação intra-anual e com uma aceleração na componente empresarial. No entanto, a evolução do investimento afigura-se insuficiente, não só porque a queda durante o período da crise foi muito acentuada, mas também porque o capital por trabalhador na economia portuguesa se mantém em níveis baixos quando comparado com a média da área do euro.

O futuro da economia portuguesa depende fortemente das suas ligações ao exterior, quer enquanto destino das exportações e como origem de investimento produtivo, quer no âmbito da continuação do processo de integração financeira. Tal facto acentua a necessidade de aumentar o grau de exigência dos agentes nacionais relativamente à melhoria das condições de competitividade do país. Apenas por essa via será possível retomar a convergência para os níveis de bem-estar médios da União Europeia.

Apesar dos sinais positivos do processo de recuperação da economia, o contexto económico mantém-se adverso exigindo da Administração do INESC TEC uma gestão rigorosa e um acompanhamento permanente da evolução económico-financeira da instituição.

3.2 Análise do desempenho operacional

Em 2016, o volume de atividade total (Vendas e Serviços Prestados, Programas Europeus e Programas Nacionais) atingiu o montante de € 13.811.247, representando um aumento de 7% face ao ano anterior (€ 926.737). Este resultado deve-se sobretudo ao aumento dos rendimentos relativos a subsídios de exploração europeus, mas também aos subsídios à exploração de origem nacional, já que, a atividade direta com as empresas reduziu-se relativamente a 2015.

O Cash Flow Operacional/EBITDA (ou Resultado Operacional + Depreciações + Provisões e Imparidades líquidas - Subsídio ao Investimento) totalizou € 217.829, tendo diminuído 70% relativamente a 2015 (€ 526.630), em consequência da redução das imparidades e provisões (€ 552.861), uma vez que as depreciações mantém-se idênticas às do ano anterior, tendo esta redução sido superior à ligeira redução do subsídio ao investimento. O Resultado Operacional ascende a € 65.655, indiciando que os Rendimentos Operacionais são suficientes para fazer face aos Gastos Operacionais incorridos.

O Resultado Financeiro negativo (-€ 39.281) deve-se, por um lado, aos custos com os juros da dívida bancária (54%) e por outro, aos custos com serviços bancários (33%), muito idêntico aos valores de 2015. Cerca de 11% destes custos correspondem ainda a diferenças de câmbio desfavoráveis. O custo

¹ Fonte: Banco de Portugal

do serviço da dívida bancária, fruto da necessidade de recorrer ao crédito para fazer face a necessidades de tesouraria, totalizou € 21.495.

O Resultado Líquido do período, que iguala o Resultado antes de Impostos, fruto da isenção de IRC atribuída, é positivo no montante de € 26.373, em linha com o resultado do ano anterior.

O total dos Gastos (Quadro 4 e Fig. 4) ascende a € 13.920.928, sendo as suas componentes de maior dimensão os Gastos com Pessoal (57%) e os Fornecimentos e Serviços Externos (35%).

Quadro 4 - Principais componentes da Estrutura de Gastos

Rubrica de Gastos	Valor (k€)		(k€ / %)	
	2015	2016	2015-16	
Fornecimentos e Serviços Externos	4.494	4.877	383	9%
Gastos com Pessoal	7.141	7.918	776	11%
Gastos de Depreciação / Provisões e Imparidades Líquidas	1.305	749	-556	-43%
Outros Gastos e Perdas	178	337	159	89%
Gastos e Perdas de Financiamento	37	40	3	7%
Total Gastos	13.156	13.921	765	6%

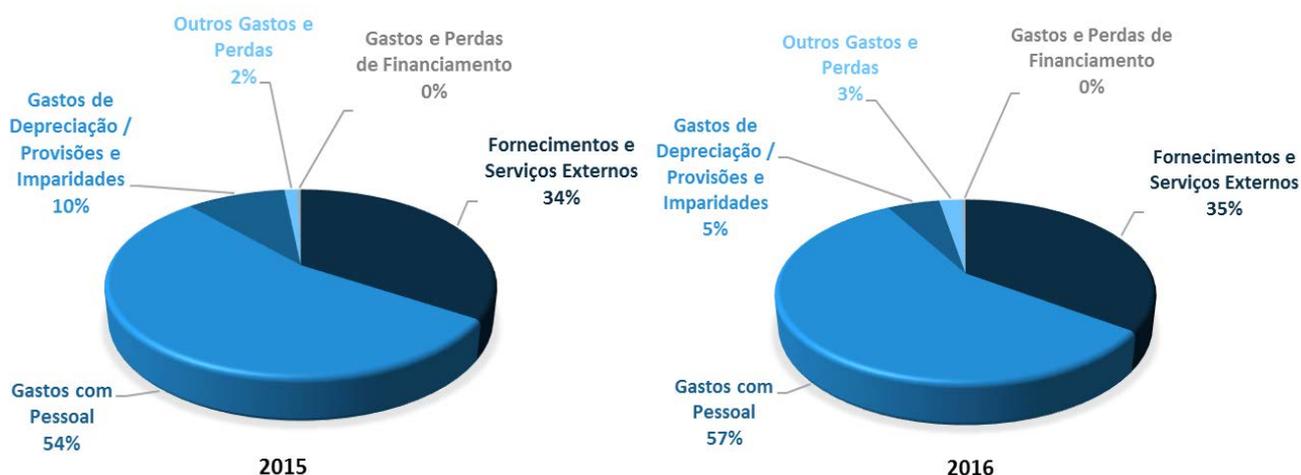


Fig.4 - Estrutura de Gastos

Nos Gastos com Pessoal estão contabilizados os encargos com Bolsas (incluindo os encargos sociais), que em 2016 ascenderam a € 3.131.740 correspondendo a 40% desta rubrica de gastos. Os gastos com Viagens ascendem a € 919.440; com Comunicações a € 54.827; com Seguros a € 174.101 e com Rendas e Alugueres a € 193.922. Os Honorários ascendem a € 645.674, dos quais 64% (€ 410.921) dizem respeito a complementos de bolsa decorrentes das avaliações trimestrais de desempenho dos bolseiros.

Do montante total dos Outros Gastos e Perdas, 61% (€ 204.586) são encargos com Reuniões e Conferências, 18% diz respeito a encargos com quotizações (€ 59.457) e 2% diz respeito a inscrições em cursos (€ 5.630).

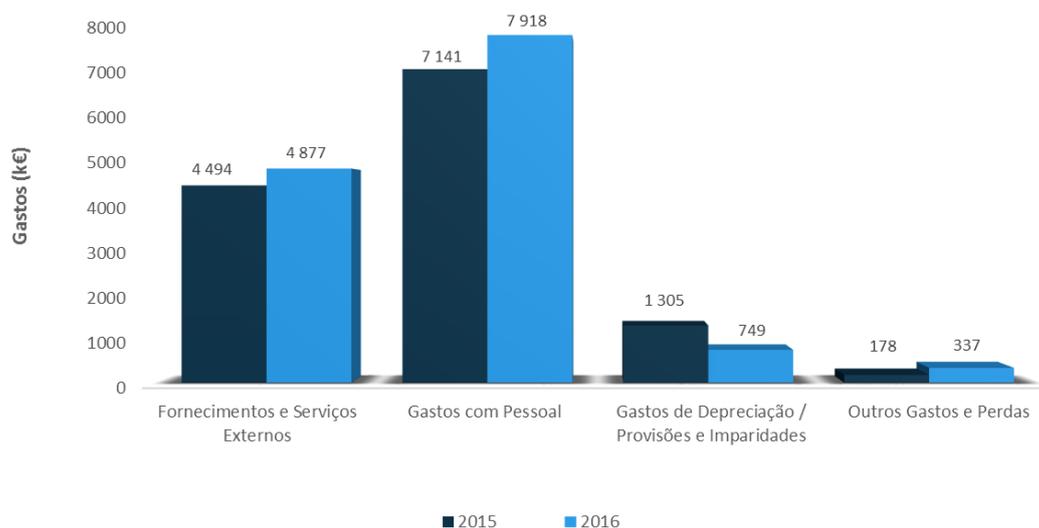


Fig. 5 - Comparação Gastos (milhares de euros)

Comparando com o período homólogo, observa-se um acréscimo nos Gastos Totais de 6% (€ 765.021).

A rubrica de Gastos com Pessoal foi a que mais contribuiu, em valor absoluto, para este acréscimo, com um aumento de 11% (€ 776.317), resultante quer do aumento de cerca de € 150.000 de encargos com Pessoal contratado, mas sobretudo pelo aumento dos encargos com Bolsas em mais de € 627.000.

Note-se que o total de encargos com mão-de-obra (Contratados, bolseiros, docentes, prestadores de serviços) aumentou 8% face ao ano anterior (€ 738.577), essencialmente em resultado do aumento dos custos com pessoal contratado e bolseiros (€776.317). Os gastos com as remunerações do pessoal contratado e dos bolseiros representaram, em 2016, 57% do volume de atividade (Vendas e Serviços Prestados + Programas Europeus + Programas Nacionais) da instituição, observando-se um aumento de dois pontos percentuais face ao período homólogo. Se se acrescentarem a estes encargos os custos com remunerações complementares de docentes e os honorários, os gastos com remunerações ascenderiam a € 9.471.677, com um peso nos gastos totais e nos rendimentos operacionais da instituição de 68%.

Os encargos com fornecimentos e serviços também aumentam 9% (€ 383.044), maioritariamente devido ao aumento das despesas com Componentes (€ 328.494), Trabalhos Especializados (€ 197.045), Viagens (€ 120.152). Por outro lado, verificou-se uma redução dos encargos com rendas (€ -127.559), mas também das Remunerações Complementares dos Docentes (€ -24.659) e de outros fornecimentos diversos (€ -136.463).

Os Gastos de Depreciação / Provisões e Imparidades líquidas das respetivas reversões reduzem-se em € 555.859 fruto da redução significativa quer das imparidades (- € 453.486), quer das provisões (-€ 90.804), já que os gastos com depreciações se mantêm ao mesmo nível do ano anterior. Recorde-se que em 2015 foi registada a perda por imparidade relativa à venda da Fibersensing no valor de € 351.432, bem como, cerca de € 90.000 de provisões para projetos financiados.

O total dos Rendimentos (Quadro 5 e Fig. 6) ascende a € 13.947.302, sendo que a maior fatia diz respeito aos programas nacionais, com um peso de 42% na estrutura de rendimentos da instituição. É nesta rubrica que estão contabilizados os subsídios, quer à exploração, quer ao investimento, diretos de entidades nacionais (FCT, PORTUGAL 2020, NORTE2020), aumentando a sua proporção em 2 pontos percentuais face ao último exercício.

Os rendimentos relativos a programas de financiamento da Comissão Europeia, registados em Programas Europeus, representam 37% do total, aumentando em seis pontos percentuais o seu contributo para a atividade da instituição face ao período homólogo.

Em 2016, verificou-se uma redução de sete pontos percentuais no peso da atividade de prestação de serviços com empresas, que ainda assim representa 20% dos rendimentos da instituição.

A redução que se verifica no peso dos outros rendimentos e ganhos está relacionada com o menor volume de rendimentos relativos nomeadamente à organização de conferências e outras atividades secundárias, que em 2015 foi bastante superior.

Do total dos rendimentos, um valor de 1% corresponde, ainda, a Outros Rendimentos que resultam essencialmente de atividades acessórias, não incluídas nas rubricas anteriores.

Quadro 5 - Principais componentes da Estrutura de Rendimentos

Origem Rendimento		Valor (k€)		Δ (k€ / %)	
		2015	2016	2015-16	
Programas Nacionais	Subsídios à Exploração	4.699	5.310	611	13%
	Subsídios ao Investimento	609	561	-48	-8%
Programas Europeus	Subsídios à Exploração	4.061	5.074	1.014	25%
	Subsídios ao Investimento	12	35	23	185%
Vendas e Serviços Prestados		3.504	2.830	-674	-19%
Outros Rendimentos e Ganhos		295	136	-160	-54%
Rendimentos Financeiros		4	0	-4	-94%
Total Rendimentos		13.184	13.947	763	6%

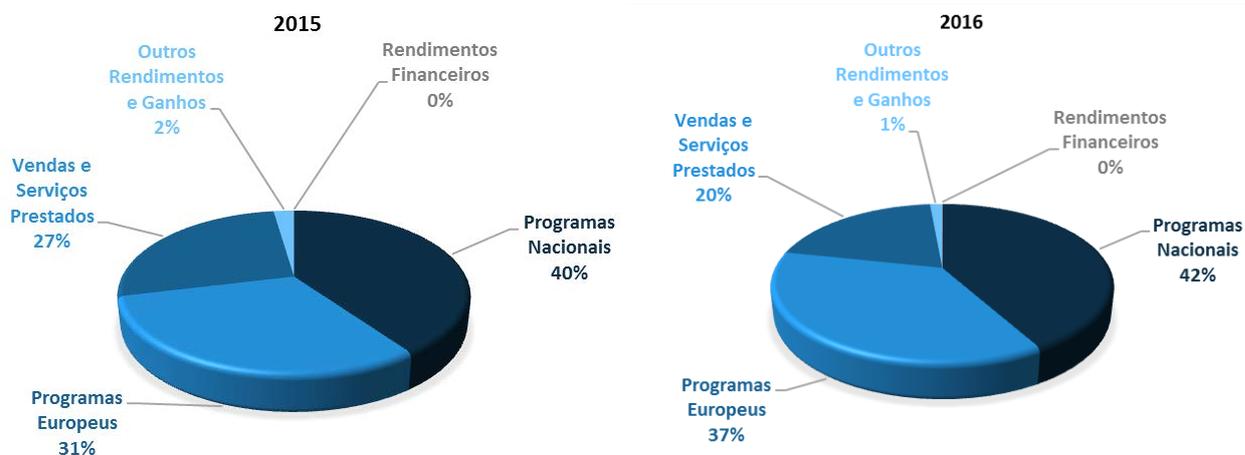


Fig. 6 - Estrutura de Rendimentos

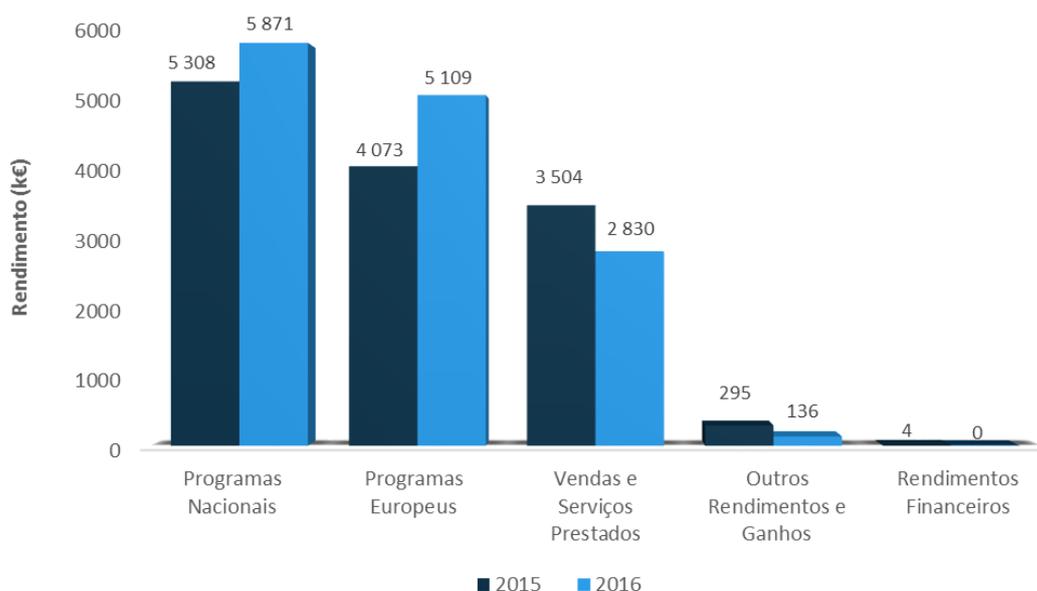


Fig. 7 - Comparação de Rendimentos (milhares de euros)

Comparando com o período homólogo, observa-se um acréscimo nos Rendimentos Totais de 6% (€ 762.920). A rubrica de Programas Europeus foi a que mais contribuiu, em valor absoluto, para este acréscimo, com um aumento de 26% (€ 1.036.405), fruto, quer do elevado número de projetos (37 projetos H2020/FP7 e 12 projetos ERA-NETS e INTERREG), mas também da sua maior dimensão.

Por outro lado, verifica-se ainda um acréscimo de 11% nos rendimentos de Programas Nacionais (€ 563.542), em resultado da entrada em velocidade cruzeiro da execução dos programas integrados do Norte 2020.

Não obstante o esforço contínuo em prol do aumento da atividade de Vendas e Serviços Prestados, verificou-se uma redução de 19% neste tipo de atividade (€ 674.000), em grande parte, relacionada com o atraso no arranque dos programas de apoio a estas contratações por empresas e entidades públicas, no âmbito do Portugal 2020.

3.3 Análise financeira

A análise que a seguir se apresenta sintetiza a situação patrimonial e financeira da instituição durante o ano de 2016 (Quadro 6).

A dívida total da instituição diminuiu 33% relativamente a 2015, em resultado da diminuição dos empréstimos bancários relativos à utilização de contas caucionadas para apoio das necessidades de tesouraria. Por outro lado, as disponibilidades financeiras aumentaram significativamente (€ 2.586.482), devido ao recebimento do adiantamento de um projeto europeu do qual somos coordenadores, e cujas verbas viriam a ser transferidas para os respetivos parceiros já em 2017.

Assim, em 31 de dezembro de 2016, a Dívida Líquida da instituição apresentava a estrutura apresentada no Quadro 6.

Quadro 6 – Estrutura da Dívida

Estrutura da Dívida	2015		2016		D (€ / %)	
	Saldo	%	Saldo	%	2015-16	
Empréstimos Bancários	300.000	100%	200.000	100%	-100.000	-33%
Outros Empréstimos Obtidos						
Passivo remunerado	300.000	100%	200.000	100%	-100.000	-33%
Disponibilidades	972.646	324%	3.559.128	1780%	2.586.482	266%
Dívida Líquida	-672.646	-224%	-3.359.128	-1680%	-2.686.482	399%

No Quadro 7 e na Fig. 8 estão representados alguns indicadores que ilustram a evolução da situação financeira da instituição ao longo dos últimos 5 anos.

Quadro 7 – Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	2012	2013	2014	2015	2016
Liquidez geral	1,58	3,43	3,08	2,20	3,21
Autonomia Financeira	0,42	0,38	0,44	0,45	0,33
Investimento	2.990.330	411.105	556.727	918.933	362.687
Meios Libertos	304.536	336.326	431.157	711.976	178.548

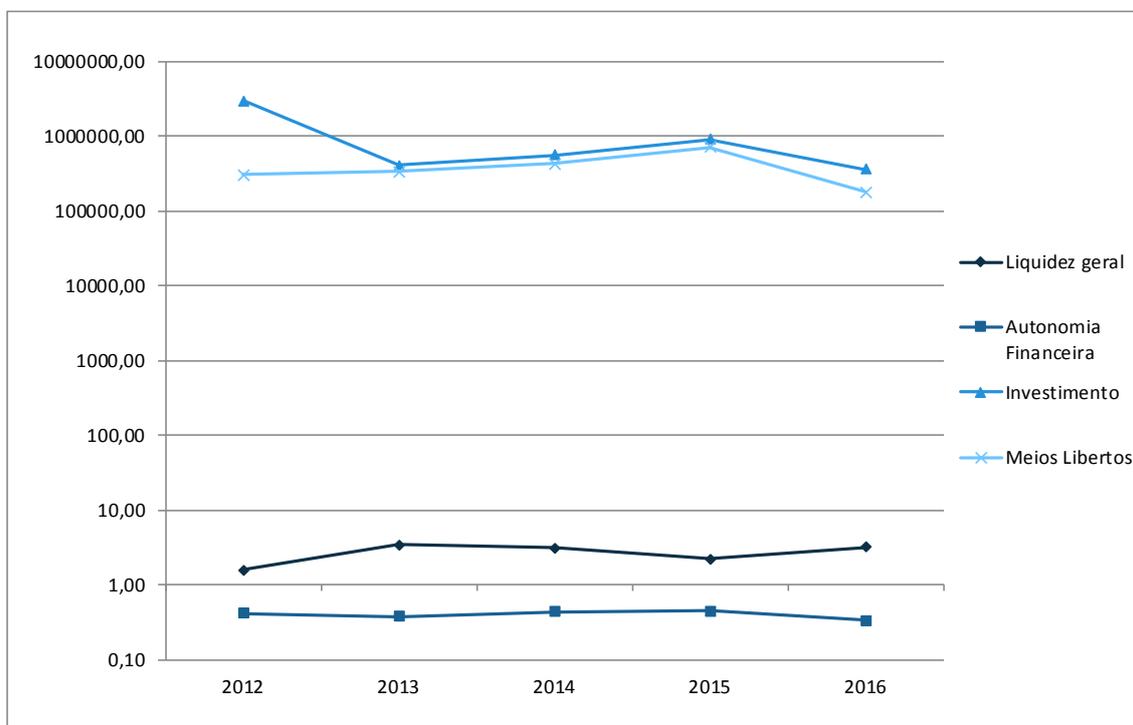


Fig. 8 - Evolução de alguns indicadores financeiros no período 2012-2016

O rácio de Liquidez Geral aumentou relativamente a 2015, fruto essencialmente do aumento significativo das disponibilidades bancárias, relacionado com o recebimento do referido projeto europeu, evidenciando a manutenção do equilíbrio financeiro que vem sendo conseguido nos últimos anos e demonstrando que os passivos de curto prazo estão totalmente cobertos por ativos que permitem fazer face às responsabilidades de curto prazo.

A Autonomia Financeira, que mede a proporção dos ativos que são financiados com capital próprio, diminuiu ligeiramente, fruto do aumento significativo do ativo relacionado com o aumento das disponibilidades. Este rácio de autonomia, demonstrador de estabilidade financeira da instituição, tem um valor adequado aquando da análise dos rácios financeiros no contexto da avaliação de candidaturas a projetos e a concursos públicos.

O investimento realizado em 2016 diminuiu face ao ano anterior (€ 556.246), muito embora em 2016 o valor das aquisições considerado seja líquido do abate de equipamentos obsoletos no valor de € 283.503.

O Resultado Líquido diminuiu 7% face a 2015 (€ 2.099) e os Meios Libertos Líquidos registaram uma diminuição de 75% (€ 533.429), permitindo ainda assim gerar os excedentes necessários ao autofinanciamento da instituição.

4. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Em abril de 2017 foi finalmente comunicada a aprovação do financiamento para as infraestruturas de investigação inseridas no roteiro nacional de infraestruturas de investigação de interesse estratégico, que representam um financiamento de 5.7 milhões de euros para três anos, constituindo mais uma oportunidade inquestionável de reforçar as suas infraestruturas laboratoriais necessárias para prosseguir a estratégia do INESC TEC enquanto Laboratório Associado. Recorda-se que o INESC TEC faz parte de cinco das quarenta infraestruturas de investigação que compõe o *roadmap* nacional publicado pela FCT em dezembro de 2014, coordenando uma delas - *Smart grid and electric vehicle laboratory*.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propõe-se que os Resultados Líquidos no valor € 26.373 transitem para a Conta de Resultados Transitados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

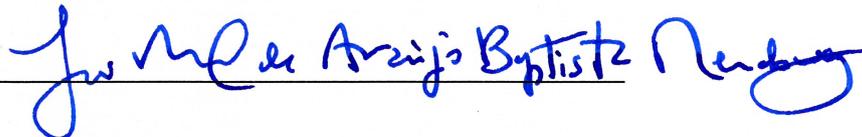
No final deste exercício, gostaríamos de expressar o nosso agradecimento a todos quantos contribuíram para um melhor desempenho da instituição:

- Aos Associados, pelo constante acompanhamento da Instituição;
- Ao Conselho Fiscal, pela colaboração prestada;
- Às instituições bancárias que nos apoiaram;
- A todos os colaboradores do INESC TEC.

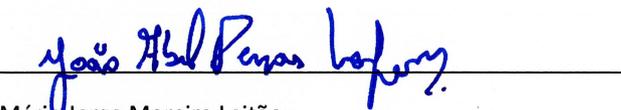
Porto, 19 de maio de 2017

A Administração

José Manuel de Araújo Baptista Mendonça



João Abel Peças Lopes



Mário Jorge Moreira Leitão



Vladimiro Henrique Barrosa Pinto Miranda



Bernardo Sobrinho Simões de Almada Lobo



Gabriel de Sousa Torcato David



João Alberto Vieira de Campos Pereira Claro



Luís Filipe Maia Carneiro



Rui Carlos Mendes de Oliveira



Anexo

Indicadores Financeiros	Fórmula de Cálculo
Grau de cobertura dos juros pelo Cash Flow Operacional	Cash-flow operacional / Encargos Financeiros Líquidos
Encargos Financeiros Líquidos	Juros e custos similares (68) - Juros e proveitos similares (78)
Gearing	Dívida Líq. / (Div.Líq.+ Capital Próprio)
Liquidez geral	(Activo Corrente) / (Passivo Corrente) *
Autonomia Financeira	Capitais Próprios/ Capitais Totais
Meios Libertos	Depreciações + Provisões + Resultados Líquidos – Subsídio Invest.

* Não inclui diferimentos

BALANÇO

ENTIDADE: INESCTEC

Valores em Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO	NOTAS	DATAS	
		31.12.2016	31.12.2015
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	7	2.851.861	2.944.706
Ativos intangíveis	6	45.588	49.095
Investimentos financeiros	8	94.213	94.213
Subtotal		2.991.662	3.088.014
ATIVO CORRENTE			
Cientes	8, 9 e 18	1.266.501	927.954
Adiantamentos a fornecedores	8 e 13		1.285
Estado e outros entes públicos	8 e 20	273.645	144.366
Fundadores/associados	8 e 18	60.645	60.645
Outras contas a receber	5 e 8	4.854.972	4.459.258
Diferimentos	5	52.247	37.857
Caixa e depósitos bancários	4 e 8	3.559.128	972.646
Subtotal		10.067.138	6.604.011
Total do ativo		13.058.800	9.692.024
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	1.515.000	1.515.000
Resultados transitados		144.999	116.527
Subsídio ao investimento	19	2.612.496	2.663.938
Doações		6.990	6.990
Subtotal		4.279.485	4.302.456
Resultado líquido do período		26.373	28.472
Total do fundo de capital.....		4.305.858	4.330.928
Passivo			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	11	146.285	205.150
Fundadores/associados	18	625	625
Financiamentos obtidos	8 e 12	100.000	200.000
Subtotal		246.910	405.775
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	8, 13 e 18	824.571	798.023
Estado e outros entes públicos	8 e 20	197.749	195.250
Financiamentos obtidos	8 e 12	100.000	100.000
Diferimentos	5	5.358.146	2.015.609
Outras contas a pagar	5 e 8	2.025.566	1.846.439
Subtotal		8.506.032	4.955.321
Total do passivo.....		8.752.942	5.361.096
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		13.058.800	9.692.024

O Contabilista Certificado

Paula Isabel Faria
Paula Isabel Faria (CC nº 37 425)

pel' A Administração

João Manuel António Baptista Nery

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

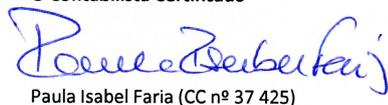
ENTIDADE: INESC TEC

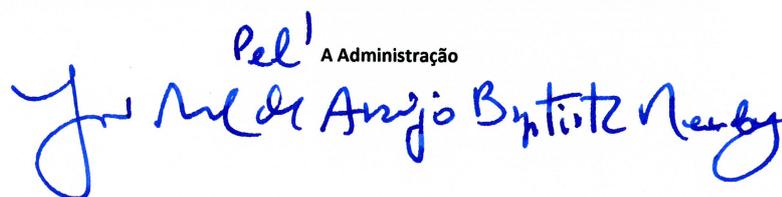
Valores em Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	NOTAS	DATAS	
		31.12.2016	31.12.2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	19	2.830.037	3.503.538
Subsídios, doações e legados à exploração	19	10.384.336	8.703.374
Fornecimentos e serviços externos	14	(4.877.455)	(4.494.411)
Gastos com o pessoal	15	(7.917.806)	(7.141.489)
Imparidade de dívidas a receber, investimentos financeiros e projetos financiados (perdas/reversões)	5 e 9	(15.077)	(468.563)
Provisões (aumentos/reduções)	11	8.571	(90.805)
Outros rendimentos e ganhos	19	732.645	973.053
Outros gastos e perdas		(337.054)	(178.201)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		808.197	806.495
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(742.542)	(745.540)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		65.655	60.955
Juros e rendimentos similares obtidos	16	284	4.417
Juros e gastos similares suportados	16	(39.566)	(36.899)
Resultado antes de impostos		26.373	28.472
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		26.373	28.472

O Contabilista Certificado


Paula Isabel Faria (CC nº 37 425)


 Pel' A Administração
 João António Baptista Mendes

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

Valores em Euros

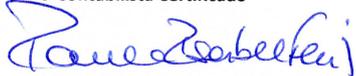
	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Subsídio ao Investimento	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2015	1 10	1.515.000	93.501	6.990	2.457.629	4.073.120	23.026	4.096.146
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação resultado 2014			23.026			23.026	(23.026)	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	19				206.310	206.310		206.310
	2	-	23.026	-	206.310	229.336	(23.026)	206.310
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						28.472	28.472
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3	-	23.026		206.310	229.336	5.446	234.782
POSIÇÃO NO FIM DE 2015		1.515.000	116.527	6.990	2.663.938	4.302.456	28.472	4.330.928

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Valores em Euros

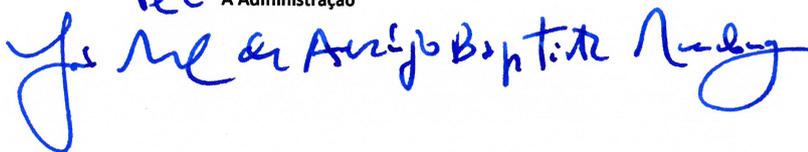
	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Subsídio ao Investimento	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2016	1 10	1.515.000	116.527	6.990	2.663.938	4.302.456	28.472	4.330.928
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação resultado 2015			28.472			28.472	(28.472)	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	19				(51.442)	(51.442)		(51.442)
	2	-	28.472	-	(51.442)	(22.970)	(28.472)	(51.442)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						26.373	26.373
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3	-	28.472		(51.442)	(22.970)	(2.099)	(25.069)
POSIÇÃO NO FIM DE 2016		1.515.000	144.999	6.990	2.612.496	4.279.485	26.373	4.305.858

O Contabilista Certificado



Paula Isabel Faria (CC nº 37 425)

Peel' A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

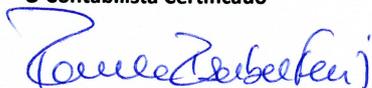
ENTIDADE: INESC TEC

Valores em Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	NOTAS	DATAS	
		31.12.2016	31.12.2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e entidades financiadoras		16.675.364	12.106.313
Pagamentos a fornecedores		(4.308.946)	(3.767.834)
Pagamentos ao pessoal		(8.811.419)	(8.007.442)
Caixa gerada pelas operações		3.554.998	331.037
Pagamento/recebimento do imposto sobre o valor acrescentado		4.358	(247.168)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.559.357	83.869
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.023.184)	(730.530)
Investimentos financeiros		-	(10.000)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			13.301
Subsídio ao investimento		189.062	453.417
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(834.122)	(273.812)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	1.233
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(100.000)	(100.000)
Juros e gastos similares		(38.756)	(35.864)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(138.756)	(134.631)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2.586.479	(324.574)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	972.649	1.297.223
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.559.128	972.649

O Contabilista Certificado



Paula Isabel Faria (CC nº 37 425)

Rel' A Administração



Anexo às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

1. Identificação da entidade

O INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência é uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, com NIF 504 441 361 e património associativo de 1.515.000 Euros, que tem como atividade principal a Investigação e Desenvolvimento.

Breve histórico

O INESC Porto – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto (“Instituto” ou “INESC Porto”) é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, que tem como atividade a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a transferência e integração de conhecimento, tendo como base as tecnologias de informação, telecomunicações e eletrónica. O INESC Porto foi constituído em 18 de dezembro de 1998 pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (“INESC”) em resultado de decisão tomada na Assembleia Geral do INESC em 7 de maio de 1998.

Com efeitos a partir de 13 de abril de 1999, o INESC transferiu para o INESC Porto a atividade desenvolvida pelo “Pólo do Porto”, a qual consiste na atual atividade do INESC Porto. Esta transferência foi concretizada sob a forma de um trespasse de estabelecimento.

No exercício de 1999, o INESC cedeu cinquenta unidades de participação do INESC Porto à Universidade do Porto, através de um protocolo assinado entre estas três entidades.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (“FEUP”) entrou como associada, através de um protocolo de cedência de créditos entre o INESC, a FEUP e o INESC Porto. Em 1 de março de 2002, por despacho do Ministro da Ciência e da Tecnologia foi atribuído o estatuto de Laboratório Associado.

Em 21 e 22 de junho de 2006, o Conselho Geral do INESC Porto deliberou o aumento do património associativo para 1.250.000 Euros, por reforço do Património dos Associados existentes e por entrada de novos associados, a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto.

A partir de 2011, por proposta do INESC Porto como instituição coordenadora do LA, a FCT aceitou a alteração da designação do Laboratório Associado para INESC TEC (INESC Tecnologia e Ciência), passando assim a incluir sete Unidades Nucleares (acolhidas na instituição INESC Porto) e cinco Unidades Associadas reconhecidas pela FCT.

Em 21 de dezembro de 2012 foi deliberado em Assembleia Geral o aumento do património associativo para 1.515.000 Euros, por reforço do Património dos Associados existentes. O aumento efetivou-se no final de 2013.

Em 2015, por escritura pública celebrada em 28 de maio, são alterados os Estatutos do INESC TEC, com alteração do nome e composição da administração. Com a alteração do nome passa a adotar-se, INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, e a composição da administração passa a ser composto por um número mínimo de cinco e máximo de nove membros, conforme deliberado pelo Conselho Geral, sendo estes escolhidos de entre investigadores e gestores profissionais afetos à instituição.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2016, as entidades devem aplicar as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho, sem reexpressar os saldos existentes no início desse período, e divulgar no Anexo as quantias que não sejam comparáveis.

O Instituto adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A transição deu-se a 1 de janeiro de 2009 de forma a garantir a necessária expressão e apresentação comparativa. O Instituto preparou o seu balanço de abertura a essa data de acordo com a NCRF 3 e considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes.

Em 1 de janeiro de 2012, o INESC Porto passou a adotar o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011. Este novo regime reforça as exigências de transparência no que respeita às atividades desenvolvidas pelas entidades e aos recursos empregues, pelo que se verificaram alterações na forma de divulgar e apresentar os factos patrimoniais.

3. Principais Políticas Contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do INESC TEC, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do INESC TEC operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o INESC TEC dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente o custo dos direitos de propriedade intelectual e o direito de superfície e encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

c) Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2015, encontram-se valorizados ao custo de aquisição e são amortizados pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, dado ser entendimento da Administração que essas taxas correspondem às vidas úteis dos ativos fixos tangíveis.

A partir de janeiro de 2016, procedeu-se a alteração do método de depreciação, para os bens do ativo fixo tangível:

- Para os todos os bens adquiridos nos centros de custos da estrutura do INESC TEC considera-se o método de depreciação definido no Decreto-Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, (com as alterações introduzidas pela Lei 64B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, e pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril);
- Para todos os bens adquiridos cujo valor unitário seja inferior a 1.000€ foi considerada uma vida útil igual a 12 meses (de acordo com o artº 19 do Decreto-Regulamentar 25/2009), sem prejuízo dos pontos seguintes;

- Para os bens adquiridos especificamente no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento do INESC TEC, tendo em conta a sua utilização intensiva, a perda de valor por obsolescência e sempre que não esteja prevista a sua utilidade após o final do projeto, considera-se que a vida útil desse bem se esgota até ao final do projeto respetivo;
- Ainda no caso de bens adquiridos no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento, sempre que comprovadamente se verifique que o bem tem utilidade futura após o final do projeto (NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis - paragrafo 7. (a): “futuros benefícios económicos associados”) considera-se que a vida útil desse bem tem uma duração superior à duração do projeto, sendo esta definida de acordo com a melhor estimativa à data de aquisição do bem (neste caso será necessário, uma fundamentação escrita e devidamente validada, a anexar à respetiva ficha de património);
- Todos os bens passarão a ser amortizados de acordo com um duodécimo mensal a partir da data em que os mesmos estejam disponíveis para uso, i.e., quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do INESC TEC com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade e se os mesmos devem ser sujeitos a teste de imparidade.

d) Investimentos financeiros

A 31 de dezembro de 2016, o INESC TEC, não detém participações financeiras em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, não detendo uma percentagem de detenção superior a 20%, assumido posição de controlo ou influência significativa em qualquer entidade.

As participações financeiras detidas são mensuradas ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor, registadas em resultados, exceto quando dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, situação aplicável aos investimentos financeiros detidos a 31 de dezembro de 2016.

e) Imparidades de dívidas a receber

As imparidades de dívidas a receber foram calculadas com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes.

f) Especialização de exercícios

O INESC Tec regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

g) Subsídios ao investimento

Os subsídios não reembolsáveis recebidos para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados em outras variações nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis a que respeitem.

h) Contabilização de subsídios à exploração

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e as participações da Comissão Europeia no âmbito da execução dos projetos europeus são registados na rubrica da Demonstração de Resultados “Subsídios à Exploração” na parte correspondente à percentagem de financiamento dos gastos incorridos durante o exercício em cada projeto independentemente do momento do recebimento dos subsídios, registando-se no passivo (diferimentos) os adiantamentos e no ativo (outras contas a receber e a pagar) os montantes a receber.

Os rendimentos relativos a subsídios à exploração são reconhecidos apenas após a assinatura do contrato de incentivo ou de homologação do valor do incentivo pelas entidades financiadoras. Adicionalmente, o Instituto apenas reconhece como rendimento o montante estimado para o recebimento total do subsídio, calculado com

base nas estimativas do nível de cumprimento das condições contratuais em função do qual o total do subsídio poderá variar.

i) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

i. Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

ii. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

iii. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

iv. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica “Financiamentos obtidos”.

i) Provisões

As provisões são registadas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

j) Imposto

Em 16 de agosto de 2006, por despacho do Ministério das Finanças e da Administração Pública e publicação em Diário da República a 27 de setembro de 2006, foi reconhecida a isenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas a aplicar-se a partir de 19 de junho de 2001, data em que o despacho do Primeiro-Ministro, de reconhecimento de pessoa coletiva de utilidade pública, foi publicado. Desta forma não se procedeu a estimativa de IRC no exercício de 2016 e 2015.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, caso em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Instituto dos anos de 2013 a 2016 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. A Administração do INESC TEC entende que eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

k) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de Caixa

Caixa e depósitos bancários apresentam o saldo seguinte a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
Rubricas	2016	2015
Caixa	2	-
Depósitos Bancários		
<i>Depósitos à Ordem</i>	1.049.215	967.706
<i>Depósitos a Prazo</i>	2.500.000	-
Outros Ativos Financeiros	9.911	4.940
Total	3.559.128	972.646

A rubrica “Depósitos Bancários – Depósitos à Ordem” apresenta um saldo de 1.049.215 Euros e Depósitos Bancários – Depósitos a Prazo” apresenta um saldo de 2.500.000 Euros. Este saldo é maioritariamente justificado pelos recebimentos de serviços prestados de I&D e de projetos europeus nos últimos dias do ano.

Na rubrica “Outros Ativos Financeiros” constam 9.911 Euros relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho constituído em novembro de 2013.

5. Estimativas contabilísticas

As estimativas contabilísticas a 31 de dezembro de 2016 e 2015 têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS		
Rubricas	2016	2015
Gastos a reconhecer	52.247	37.857
Rendimentos a reconhecer	(5.358.146)	(2.015.609)
<i>Estimativa Subsídios à exploração</i>	(5.068.548)	(1.738.295)
<i>Estimativa Serviços de I&D e Consultoria</i>	(253.190)	(239.080)
<i>Estimativas Diversas</i>	(36.408)	(38.234)

A rubrica “Diferimentos – Estimativa de Subsídios à exploração”, com o saldo de 5.068.548 Euros refere-se aos montantes adiantados pela Comissão Europeia e por entidades Públicas Nacionais relativas a projetos em execução.

OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR		
Rubricas	2016	2015
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.836.696	3.718.992
<i>Estimativa Subsídios à exploração</i>	3.566.262	3.558.567
<i>Estimativa Serviços de I&D e Consultoria</i>	270.434	160.425
Outros devedores	1.018.276	740.266
IVA a regularizar	7.446	12.688
Outras contas a receber de Subsídio ao Investimento	957.885	696.448
Adiantamentos Pessoal/ Complemento bolsa	20.646	12.868
Seguros	19.032	12.652
Cauções	5.610	5.610
Diversos	7.657	-
Total	4.854.972	4.459.258
Credores por acréscimos de gastos	(1.976.306)	(1.745.985)
<i>Estimativas Gastos com Pessoal</i>	(1.943.760)	(1.720.996)
<i>Estimativas Fornecimentos e Serviços Externos</i>	(32.546)	(24.989)
Outros credores	(49.260)	(100.454)
Universidade do Porto	(13.290)	(51.903)
Perdas por Imparidade - Projetos Financiados	(35.970)	(35.970)
Diversos	-	(12.581)
Total	(2.025.566)	(1.846.439)

A rubrica “Devedores por acréscimo de rendimentos - Estimativa de Subsídios à exploração”, com o saldo de 3.566.262 Euros, refere-se aos montantes a receber da Comissão Europeia e de entidades Públicas Nacionais relativas a projetos em execução.

As contas a receber de subsídio ao investimento ascendem a 957.885 Euros e referem-se a um conjunto de ativos fixos tangíveis cujo rendimento proporcional à respetiva depreciação foi considerado nas contas e aguarda o seu recebimento.

Mantem-se na rubrica “Outros credores”, a dívida à Universidade do Porto no valor de 13.290 Euros correspondente à parcela de financiamento do edifício Asprela II a transferir para a Faculdade de Engenharia.

6. Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos na rubrica “Ativo intangível” constantes do balanço e nas respetivas amortizações, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram como segue:

ATIVOS INTANGÍVEIS		
	Outros ativos intangíveis - direito de superfície	Total
Gasto		
Saldo inicial	70.136	70.136
Aumentos	-	-
Saldo final	70.136	70.136
Amortizações e perdas por imparidade		
Saldo inicial	17.534	17.534
Aumentos	3.507	3.507
Saldo final	21.041	21.041
Valor líquido a 31.12.2015	49.095	49.095
Gasto		
Saldo inicial	70.136	70.136
Aumentos	-	-
Saldo final	70.136	70.136
Amortizações e perdas por imparidade		
Saldo inicial	21.041	21.041
Aumentos	3.507	3.507
Saldo final	24.548	24.548
Valor líquido a 31.12.2016	45.588	45.588

Durante o exercício de 2010, o INESC TEC adquiriu o direito de superfície cedido pela Universidade do Porto para a construção do Edifício – Infraestrutura tecnológica para a energia sustentável, cuja construção iniciou em agosto de 2011. A depreciação é feita de acordo com o período do direito de superfície, ou seja, um total de 20 anos.

7. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos na rubrica “Ativo fixo tangível” e nas respetivas depreciações, constantes do balanço, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram como segue:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Gasto						
Saldo inicial	2.049.390	5.551.085	66.438	322.662	68.352	8.057.927
Aumentos	-	895.152	-	19.735	4.046	918.933
Saldo final	2.049.390	6.446.237	66.438	342.397	72.398	8.976.860
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	123.391	4.750.330	62.244	292.705	61.451	5.290.121
Aumentos	40.987	674.186	1.398	20.703	4.758	742.032
Saldo final	164.378	5.424.516	63.642	313.408	66.209	6.032.153
Valor líquido a 31.12.2015	1.885.012	1.021.721	2.796	28.988	6.189	2.944.706
Gasto						
Saldo inicial	2.049.390	6.446.237	66.438	342.397	72.398	8.976.860
Aumentos	-	578.752	915	65.453	1.069	646.190
Abates	-	283.195	-	308	-	283.503
Saldo final	2.049.390	6.741.794	67.353	407.542	73.467	9.339.546
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	164.378	5.424.516	63.642	313.408	66.209	6.032.153
Aumentos	40.988	626.664	2.313	64.823	4.247	739.035
Abates	-	283.195	-	308	-	283.503
Saldo final	205.366	5.767.985	65.955	377.923	70.456	6.487.685
Valor líquido a 31.12.2016	1.844.024	973.809	1.398	29.619	3.011	2.851.861

No exercício de 2016 as aquisições de ativo fixo tangível ascendem a 646.189 Euros e foi feito um abate de equipamento informático de 2004 e 2005 que se encontrava obsoleto, no valor de 283.503 Euros

8. Participações financeiras

A rubrica “Participações financeiras” apresenta o seguinte detalhe:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS
Investimentos noutras empresas - Participações em sociedades comerciais

Nome da empresa	Valor da participação (31.12.2016)	Valor da participação (31.12.2015)
LTPLABS, Lda.	10.000	10.000
Prewind, Lda.	1.875	1.875
Kinematix Sense S.A.	51.713	51.713
	63.588	63.588

O Conselho de Administração considera que, a 31 de dezembro de 2016, não existem indícios de imparidade relativamente aos investimentos financeiros detidos pelo INESC TEC.

Em 2015 foi adquirida uma quota da empresa LTPLABS, Lda. com o valor nominal de 51,50 Euros, representativa de 1% do seu capital social, resultante do aumento de 5.100 Euros para 5.151,50 Euros. Esta quota foi adquirida por 10.000 Euros, tendo um prémio de emissão de 9.948,50 Euros.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS
Investimentos noutras empresas - Participações em associações/Fundações

Nome da empresa	Valor da participação (31.12.2016)	Valor da participação (31.12.2015)
Agência de Energia do Porto	625	625
Fundação AEP	25.000	25.000
Produtech - Associação para as Tecnologias de Produção Sustentável	5.000	5.000
Total	30.625	30.625

Relativamente a participações em associações e fundações, foi contabilizada a participação do INESC TEC na constituição da Agência de Energia do Porto que, apesar de já ter sido determinada em 2006, não tinha sido devidamente refletida nas contas do INESC TEC. A realização desta participação assumirá a forma de prestação de serviços de consultadoria na área da energia.

Apesar da ADE Porto, Fundação AEP e Produtech não serem sociedades comerciais, entendeu-se registar na conta investimentos financeiros, dada a importância destas participações para o INESC TEC como associado fundador, existindo a perspetiva que as parcerias com estas entidades geram benefícios económicos futuros superiores ao valor da participação.

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	31.12.2016			31.12.2015			Variação
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	
ATIVOS FINANCEIROS							
Clientes	1.841.135	574.634	1.266.501	1.440.454	512.500	927.954	338.548
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	1.285	-	1.285	(1.285)
Estado e outros entes públicos	273.645	-	273.645	144.366	-	144.366	129.279
Associados	60.645	-	60.645	60.645	-	60.645	-
Outras contas a receber	4.854.972	-	4.854.972	4.459.258	-	4.459.258	395.714
Caixa e depósitos bancários	3.559.128	-	3.559.128	972.646	-	972.646	2.586.482
Total	10.589.525	574.634	10.014.891	7.078.653	512.500	6.566.154	3.448.738
PASSIVOS FINANCEIROS							
Fornecedores	824.571	-	824.571	798.023	-	798.023	26.548
Estado e outros entes públicos	197.749	-	197.749	195.250	-	195.250	2.499
Financiamentos obtidos	200.000	-	200.000	300.000	-	300.000	(100.000)
Outras contas a pagar	2.025.566	-	2.025.566	1.846.439	-	1.846.439	179.127
Total	3.247.886	-	3.247.886	3.139.712	-	3.139.712	108.174

Algumas das rubricas gerais de “Ativos e Passivos Financeiros” apresentam variações consideráveis face ao ano anterior.

Em termos de Ativos Financeiros, o seu aumento durante o exercício, é fundamentalmente justificado pela evolução da rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, que regista um aumento de 2.586.482 Euros devido, sobretudo, ao recebimento do montante global de um projeto europeu, do qual somos líderes do consórcio, no final do ano.

Quanto aos Passivos Financeiros, verifica-se um aumento de 26.548 Euros na rubrica “Fornecedores” decorrente do elevado número de aquisição efetuadas em dezembro, e um aumento de 179.127 Euros na rubrica “Outras contas a

pagar” justificado, em parte, pela especialização de prémios de 2016 assim como complementos de docente, em dívida a 31 de dezembro de 2016

9. Clientes

A rubrica “Clientes” apresenta o seguinte saldo a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

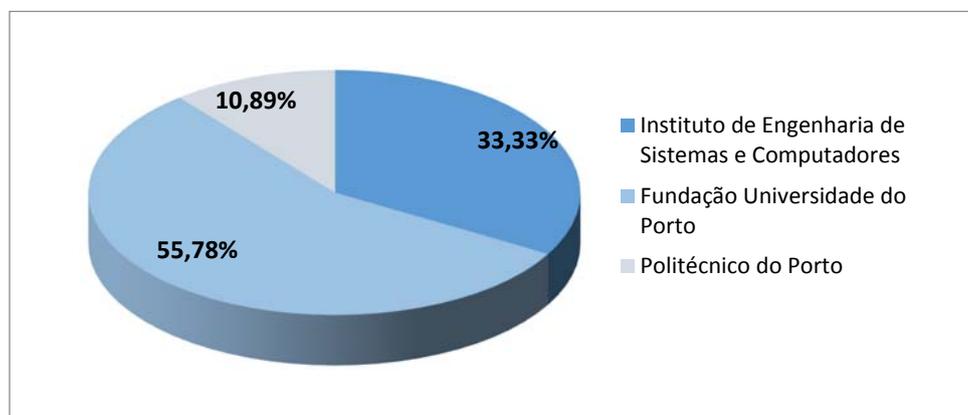
CLIENTES			
Rubricas	2016	2015	Varição
Clientes conta corrente	1.841.135	1.440.454	400.681
Imparidade dívidas a receber	(574.634)	(512.500)	(62.134)
Total	1.266.501	927.954	338.547

A rubrica “Clientes conta corrente” viu o seu valor aumentar para o valor de 1.841.135 Euros. O valor respeitante a “Imparidade de dívidas a receber” sofreu um aumento de 62.134 Euros, cifrando-se em 574.634 Euros.

As imparidades registadas referem-se a um conjunto de dívidas de clientes em mora há (pelo menos) mais de 6 meses e refletem algum incumprimento decorrente do atual contexto de crise económica, apesar da recuperação de alguns valores relativos a faturas de anos anteriores.

10. Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o património associativo tinha a seguinte composição, em valor subscrito e percentagem:



No exercício de 2016 o património associativo ascende a 1.515.000 Euros.

CAPITAL - PATRIMÓNIO ASSOCIATIVO

Nome do Associado	Valor subscrito	Realizado	%
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	505.000	505.000	33,33%
Fundação Universidade do Porto	845.000	845.000	55,78%
Politécnico do Porto	165.000	165.000	10,89%
	1.515.000	1.515.000	100%

11. Provisões

A rubrica “Provisões” apresenta o seguinte movimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

PROVISÕES		
Rubricas	2016	2015
Saldo inicial	205.150	114.345
Provisões p/ outros riscos	(58.865)	90.805
Saldo final	146.285	205.150

A diminuição desta rubrica contempla maioritariamente o pagamento de parte do valor da provisão constituída para os cortes da Fundação para a Ciência e Tecnologia no financiamento dos ordenados dos investigadores ao abrigo do Ciência 2008 relativos ao período 2011-2013.

12. Financiamentos bancários obtidos

Apresenta-se o saldo dos financiamentos bancários a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS		
Banco	2016	2015
Médio/Longo Prazo		
Caixa Geral de Depósitos	100.000	200.000
Curto Prazo		
Caixa Geral de Depósitos	100.000	100.000
Total	200.000	300.000

A 31 de dezembro de 2016, verifica-se a existência de um empréstimo bancário no valor de 200.000 Euros, com um reembolso previsto de 100.000 Euros para o ano de 2017.

13. Fornecedores

A rubrica de “Fornecedores” apresenta os seguintes saldos a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

FORNECEDORES		
Rubricas	2016	2015
Fornecedores conta corrente	662.370	363.954
Fornecedores de investimento	162.201	434.069
Subtotal	824.571	798.023
Adiantamento a fornecedores	-	1.285
Total	824.571	796.738

As rubricas “Fornecedores conta corrente” e “Fornecedores de investimento” apresentam, a 31 de dezembro de 2016, saldos de 662.370 Euros e 162.201 Euros, respetivamente. O aumento da dívida a fornecedores de deve-se ao acréscimo do volume de compras realizadas ao longo de 2016.

14. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” evidencia o seguinte saldo a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Rubricas	2016	2015
Serviços Especializados	2.355.432	2.164.081
Materiais	832.485	607.250
Energia e Flúidos	119.230	109.588
Deslocações e estadas	919.440	799.288
Serviços Diversos	650.868	814.204
Total	4.877.455	4.494.411

O aumento na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” no ano 2016, face ao ano 2015, deve-se maioritariamente ao aumento nas rubricas de “Serviços Especializados” via complementos de docente e de bolsa e outros prestadores de serviços e de “Materiais” decorrente do aumento da atividade do INESC TEC e consequente aumento das compras para execução de projetos.

15. Gastos com pessoal

Apresenta-se o quadro global dos indicadores de Recursos Humanos ativos em 31 de dezembro de 2016, com um total de 1.024 colaboradores com os seguintes tipos de ligação: docentes, contratados, bolseiros e estagiários. A tabela a seguir apresentada, para além da divisão dos tipos de ligação na estrutura organizativa, contempla também o ciclo de estudos, o género e a nacionalidade de cada colaborador.

Estrutura Organizativa Interna		Tipo de Ligação													
		Recursos Humanos Integrados									Estagiários Curriculares	Investigadores Colaboradores Externos	Estrutura Externos	Estudantes Externos	Total Global
		I&D				Estrutura (Central e Local)			Investigadores Afiliados	Total Integrados					
		Contratados	Docentes Ensino Superior	Bolseiros e Estagiários	Total I&D	Contratados	Bolseiros e Estagiários	Total Estrutura							
I&D	Centros INESC TEC	56	200	398	654	13	4	17	57	728	36	95	7	70	936
	Projetos Especiais	0	0	2	2	3	6	9	0	11	0	4	0	0	15
	Total I&D	56	200	400	656	16	10	26	57	739	36	99	7	70	951
Estrutura Central	Administração Alargada	1	8	0	9	4	0	4	2	15	0	0	0	0	15
	Serviços de Apoio	1	0	1	2	37	14	51	0	53	0	3	1	1	58
	Total Estrutura Central	2	8	1	11	41	14	55	59	68	0	3	1	1	73
Total Global		58	208	401	667	57	24	81	59	807	36	102	8	71	1024
Habilitações Académicas	3º Ciclo	25	199	68	292	2	2	4	51	347	0	72	0	0	419
	2º Ciclo	32	9	267	308	33	14	47	8	363	33	28	6	28	458
	1º Ciclo	0	0	51	51	5	7	12	0	63	1	2	0	20	86
	Outros Níveis	1	0	15	16	17	1	18	0	34	2	0	2	23	61
Formação em Curso	3º Ciclo	5	5	144	154	3	2	5	4	163	32	11	0	24	230
Género	Masculino	51	174	306	531	22	11	33	46	610	23	75	1	53	762
	Feminino	7	34	95	136	35	13	48	13	197	13	27	7	18	262
Nacionalidade	Portuguesa	55	206	332	593	57	24	81	57	731	26	86	8	56	907
	UE/EEE/Suíça	2	1	13	16	0	0	0	0	16	1	5	0	2	24
	Brasileira	0	1	22	23	0	0	0	1	24	6	6	0	4	40
	Outra	1	0	34	35	0	0	0	1	36	3	5	0	9	53

A seguir apresenta-se um quadro resumo do número de colaboradores por tipo de ligação:

Tipo de Ligação		nº de colaboradores	
		2016	
RH Integrados	I&D	Contratados	58
		Docentes Ensino Superior	208
		Bolseiros e Estagiários	401
	Estrutura	Contratados	57
		Bolseiros e Estagiários	24
	Investigadores Afiliados	59	
Total RH integrados		807	
Investigadores Colaboradores Externos		102	
Estrutura externos		8	
Estagiários Curriculares		36	
Estudantes Externos		71	
Total Global		1024	

A 31 de dezembro de 2016, o Instituto conta com um total de 1.024 colaboradores, sendo 807 RH integrados e 217 RH externos, nomeadamente, investigadores colaboradores, estagiários e estudantes. Com um vínculo de integrado destacam-se 115 contratados, 211 Docentes do Ensino Superior, 425 Bolseiros e Estagiários de I&D e Estrutura.

Os gastos com pessoal, a seguir apresentados, dizem essencialmente respeito a contratados, bolseiros e estagiários, e correspondem à totalidade dos encargos. Face ao período homólogo verifica-se um acréscimo no número de colaboradores devido ao aumento do número de Convidados e Colaboradores de I&D e de Estudantes Formação Inicial.

GASTOS COM PESSOAL		
Rubricas	2016	2015
Ordenados	2.946.706	2.803.064
Subsídio Férias	280.502	266.814
Subsídio Natal	247.143	232.406
Subsídio Refeição	178.050	175.054
Encargos Segurança Social		
<i>Contratados</i>	772.069	747.949
<i>Bolseiros</i>	92.633	71.430
<i>Fundo Garantia Comp. Trabalho</i>	454	314
Seguros		
<i>Acidentes profissionais</i>	20.790	19.843
<i>Saúde</i>	38.847	38.056
Medicina Trabalho	1.560	6.822
Prémios	299.945	347.303
Bolsas	3.039.107	2.432.435
Total	7.917.806	7.141.489

A rubrica “Gastos com o pessoal” ascende aos 7.917.806 Euros, refletindo um aumento face ao ano transato, devido maioritariamente às rubricas de “Bolsas” e de “Ordenados”.

16. Gastos financeiros líquidos

Os gastos financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 ocorreram como a seguir se apresenta:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO		
Rubricas	2016	2015
Juros suportados	21.496	19.665
Diferenças de câmbio	4.622	1.362
Outros gastos e perdas de financiamento	13.448	15.873
Serviços bancários	13.174	14.950
Garantias bancárias	274	923
Total	39.566	36.899

Os juros suportados de 21.496 Euros respeitam sobretudo à utilização de financiamento de médio longo prazo, registando-se um acréscimo dos mesmos face a 2015 em virtude de um aumento do financiamento de curto prazo. Os serviços bancários apresentam um valor ligeiramente inferior a 2015, cifrando-se em 13.448 Euros. Regista-se ainda

um aumento das diferenças de câmbio desfavoráveis, que resultam maioritariamente de um maior volume de compras da União Europeia.

JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES		
Rubricas	2016	2015
Juros recebidos	15	1.232
Dividendos obtidos	-	2.813
Diferenças de câmbio	254	372
Outros rendimentos financeiros	15	-
Total	284	4.417

17. Contingências (Garantias)

Em 31 de dezembro de 2016, tinham sido prestadas garantias bancárias por conta do Instituto como segue:

GARANTIAS BANCÁRIAS			
Beneficiário	Valor	Banco emissor	Motivo de garantia
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo	17.000	Millennium BCP	Execução do contrato

Há apenas uma garantia bancária de 17.000 Euros, e foi emitida pelo Millennium BCP.

18. Partes relacionadas

Pelas transações efetuadas entre o INESC TEC e as suas partes relacionadas, apresentam-se os seguintes saldos a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

PARTES RELACIONADAS			
	Nome da Empresa	Cliente	Fornecedor e outras contas a pagar
		Conta corrente	Conta corrente
2016	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	-	42.081
	Universidade do Porto	-	8.531
	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	23.841	287
	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	-	47
	Saldo a 31.12.2016	23.841	50.946
2015	Universidade do Porto	-	134
	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	13.828	58.588
	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	-	86
	Saldo a 31.12.2015	13.828	58.808

Pelas transações efetuadas entre o INESC TEC e as empresas participadas, apresentam-se os seguintes saldos a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

PARTES RELACIONADAS

	Nome da Empresa	Empréstimos Participadas		Fornecedor
		Saldo devedor	Saldo credor	Conta corrente
2016	Agência de Energia do Porto	-	625	-
	INESC P&D Brasil	60.645	-	17.000
	Saldo a 31.12.2016	60.645	625	17.000
2015	Agência de Energia do Porto	-	625	-
	INESC P&D Brasil	60.645	-	-
	Saldo a 31.12.2015	60.645	625	-

O montante de 60.645 Euros, refere-se a um contrato de mútuo de 11.769 Euros celebrado com o INESC P&D Brasil para fazer face à fase inicial de atividade e a um contrato de cessão de créditos no valor de 48.876 Euros, celebrado com a mesma entidade. O Conselho de Administração considera que o valor a receber do INESC P&D Brasil será integralmente recuperável.

19. Rendimentos

A rubrica “Rendimentos” apresenta a seguinte decomposição a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

RENDIMENTOS		
Rubricas	2016	2015
Serviços de Consultoria de I&D	2.830.037	3.503.538
Subsídios à Exploração	10.384.336	8.703.374
<i>Subsídios do Estado</i>	5.307.640	4.638.841
<i>Subsídios de Outras Entidades</i>	5.076.696	4.064.533
Outros rendimentos	732.645	973.053
Projetos IES Associadas	-	56.194
Imputação Subsídio ao Investimento	596.874	621.404
Outros	135.771	295.455

Os “Subsídios à Exploração Nacionais e Europeus” no montante de 10.384.336 Euros e os “Serviços de Consultoria de I&D” no valor de 2.830.037 Euros constituem os principais rendimentos da atividade do INESC TEC. Destacam-se os subsídios à Exploração que sofreram um forte acréscimo face a 2015 enquanto a atividade de Consultoria de I&D apresenta um decréscimo face ao período homólogo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Subsídio ao Investimento” registou o seguinte movimento:

SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO	2016	2015
Saldo inicial	2.663.938	2.457.629
Subsídios atribuídos	545.432	827.713
Rendimentos reconhecidos	(596.874)	(621.404)
Saldo final	2.612.496	2.663.938

20. Outras informações

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Estado e outros entes públicos” tinha o seguinte saldo:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
ATIVO	2016	2015
Imposto sobre o Valor Acrescentado	273.645	144.366
	273.645	144.366
PASSIVO	2015	2015
Imposto sobre o Valor Acrescentado	46	46
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - Retenção na Fonte	97.363	89.159
Contribuições para a Segurança Social	99.936	106.045
Imposto selo	404	-
	197.749	195.250

Nesta rubrica estão refletidos os saldos das contas “Imposto sobre o Valor Acrescentado”, “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares” e “Contribuições para a Segurança Social” que respeitam aos valores processados no mês de dezembro de 2016, a liquidar apenas em janeiro de 2017.

À data de 31 de dezembro de 2016, não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

21. Acontecimentos após a data de balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



Paula Isabel Faria (CC n.º 37425)

Rel' A Administração do INESC TEC



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Aos Associados do
INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência**

No cumprimento do mandato que V. Exas. lhe conferiram e no desempenho das suas atribuições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2016 do INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (“INESC TEC”), apresentados oportunamente pelo Conselho de Administração.

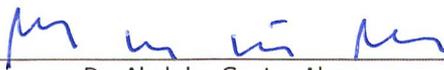
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do INESC TEC, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do INESC TEC as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2016, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, de Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluído. Como consequência do trabalho de revisão efetuado pelo Revisor Oficial de Contas (Vogal do Conselho Fiscal), foi emitida nesta data a Certificação Legal das Contas, à qual demos a nossa concordância, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui qualquer reserva ou ênfase.

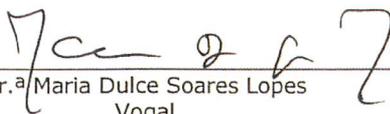
Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção “Outras matérias” da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele incluída, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Conselho Geral de Associados.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do INESC TEC o nosso apreço pela colaboração prestada.

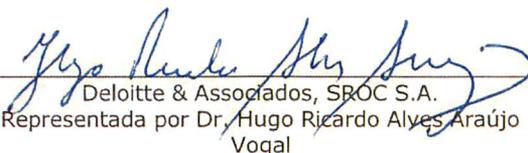
Porto, 22 de maio de 2017



Dr. Abel dos Santos Alves
Presidente



Dr.ª Maria Dulce Soares Lopes
Vogal



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Dr. Hugo Ricardo Alyes Araújo
Vogal

**INESC TEC – Instituto de Engenharia
de Sistemas e Computadores,
Tecnologia e Ciência**

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2016 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 13.058.800 euros e fundos patrimoniais de 4.305.858 euros, incluindo um resultado líquido de 26.373 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2015 foram objeto da nossa Certificação Legal das Contas datada de 18 de maio de 2016, que inclui uma reserva por desacordo associada à regularização durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2015, pela demonstração dos resultados, de um ativo contingente, a qual não tem impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 22 de maio de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Hugo Ricardo Alves Araújo, ROC

